

Medidas legais de 18 de janeiro de 2023

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
<p>Lei nº 14.535, de 1 de janeiro de 2022</p> <p>DOU 1 Extra A de 17/1/2023</p> <p>Visualizar medida Visualizar medida</p>	<p>“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023”.</p> <p>Explicação: sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) para este ano, com veto a um total de R\$ 4,266 bilhões em despesas propostas, além do provimento de 512 cargos federais.</p> <p>Vetos (Mensagem nº 37): o presidente da República vetou seis trechos da matéria. A maior parte dos recursos vetados (R\$ 4,18 bilhões) iria para o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), para ações de fomento de pesquisa, contratos com organizações sociais e obras. O motivo do veto, segundo o Executivo, é um descumprimento da proporção entre operações reembolsáveis e não reembolsáveis, algo que é exigido pela legislação que regulamenta o FNDCT.</p> <p>Outros R\$ 60 milhões iriam para o Ministério da Economia, para fomento ao associativismo e ao cooperativismo. O argumento para o veto é que essas áreas estão sob a competência do Ministério do Trabalho. O argumento para o veto é que essas áreas estão sob a competência do Ministério do Trabalho. O veto também incide sobre verbas destinadas ao Incra (R\$ 15 milhões); ao Fungetur (R\$ 8 milhões); e ao Funpen (R\$ 250 mil).</p>
<p>Aviso de Consulta Pública SEDGG nº 2/2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Abre Consulta Pública, até o dia 25 de janeiro, com vistas a colher contribuições acerca da minuta de decreto que regulamenta e estabelece a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), para a <u>aquisição de bens e contratação de obras e serviços</u>, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p>O Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) é um meio de pagamento utilizado pelo governo que funciona de forma similar ao cartão de crédito, porém dentro de limites e regras específicas. O governo utiliza o CPGF para pagamentos de despesas próprias, que possam ser enquadradas como suprimento de fundos.</p> <p>Entre outras, o decreto autoriza a utilização do CPGF nas seguintes situações: i) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100 mil, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; ii) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; iii) nas pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto atendimento que não supere o valor de R\$ 10 mil; iv) para o pagamento de pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional; e v) na aquisição de bens, contratos de serviços, de obras e serviços de engenharia enquadrados como suprimento de fundos.</p>

	<p>A consulta estará disponível na Plataforma+ Brasil, no link acima. Informações adicionais poderão ser solicitadas através do e-mail: cgnor.seges@economia.gov.br.</p>
<p>Portaria MF nº 2, de 17 de janeiro de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Estabelece limite para interposição de recurso de ofício pelas Turmas de Julgamento das Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil (RFB)”.</p> <p>Explicação: define que o Presidente de Turma de Julgamento de Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ) recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 15 milhões. Esta Portaria entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2023.</p>
<p>Portaria SRRF04 nº 345, de 12 de janeiro de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Disciplina o atendimento por meio do Chat RFB no âmbito da 4ª Região Fiscal, nos termos da Portaria RFB nº 90, de 6 de dezembro de 2021”.</p> <p>Explicação: estabelece que o horário de atendimento dos serviços a serem prestados por meio do Chat RFB da 4ª RF (AL, PB, PE e RN) será das 7 às 19 horas, exclusivamente em dias úteis, devendo ser divulgado no site da RFB na Internet, e será diferenciado por tipo de serviço.</p>
<p>Portaria SRRF09 nº 537, de 17 de janeiro de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Substitui o Anexo Único da Portaria SRRF09 nº 266, de 14 de dezembro de 2021, que disciplina o atendimento pelo Chat RFB na 9ª Região Fiscal”.</p> <p>Explicação: altera o horário de atendimento pelo Chat RFR na 9ª RF (PR e SC) para funcionamento das 7 às 19 horas, sendo diferenciado por tipo de serviço.</p>
<p>Ato nº 332, de 13 de janeiro de 2023</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Dentre outros, determina que as novas autorizações de uso de radiofrequências na faixa de 451,00625 MHz a 452,00625 MHz e de 461,00625 MHz a 462,00625 MHz, para prestação do Serviço Limitado Privado, no âmbito de aeroportos e associadas à atividade aeroportuária, se dê em blocos de 100 kHz.</p>
<p>Portaria MD nº 260, de 6 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Define Instituições de Ciência, Tecnologia e de Inovação (ICT) no âmbito da Marinha do Brasil (MB) e dá outras providências”.</p> <p>Explicação: define as ICTs no âmbito da MB, que deverão, entre outros, adequar seus regulamentos e regimentos internos às condições de ICTs. Revoga ainda a <u>Portaria nº 3/2021</u>, que estabelece as instituições anteriores. Esta Portaria entra em vigor no dia 9 de dezembro de 2022.</p>
<p>Ato de Pessoal</p>	<p>Objetivo</p>
<p>Portaria CC/ME nº 655 de 17 de janeiro de 2023</p>	<p>Nomear: <u>Viviane Aparecida da Silva Varga</u>, para exercer o cargo de Secretária Adjunta do Tesouro Nacional da Secretaria</p>

DOU 2 Extra B de 17/1/2023 Visualizar medida	Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia (Seto/ME), DAS 101.5”.
Portaria INPI/MDIC nº 1 de 17 de janeiro de 2023 Visualizar medida	Designar: <u>Júlio César Castelo Branco Reis Moreira</u> , para exercer o cargo de substituto eventual do Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (INPI/MDIC).
Portaria SG/PR nº 654 de 17 de janeiro de 2023 DOU 2 Extra B de 17/1/2023 Visualizar medida	Designar: <u>Antonio Fucio de Mendonca Neto</u> , para exercer o cargo de Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), CCE 1.17.
Portaria CC/ME nº 679 de 17 de janeiro de 2023 Visualizar medida	Dispensar: <u>Sérgio Ricardo Calderini Rosa</u> , do cargo de Diretor de Avaliação de Políticas Públicas da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia (ME), FCPE 101.5
Portaria MCOM nº 8.206 de 16 de janeiro de 2023 Visualizar medida	Designar: <u>Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo</u> , <u>David de Oliveira Penha</u> , <u>Marcelo Leandro Ferreira</u> e <u>Hugo Monteiro Jácome</u> para exercerem o cargo de substitutos eventuais de Diretor de Investimento e Inovação da Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), DAS 101.6.
Portaria CC/ME nº 678 de 17 de janeiro de 2023 Visualizar medida	Exonerar: <u>Adriana Gomes de Paula Rocha</u> , do cargo de Procuradora-Geral Adjunta da Consultoria e Estratégia da Representação Judicial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia (ME), DAS 101.5.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.